



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS



**ATA DA REUNIÃO DA UNIDADE TEMÁTICA DE AUTONOMIA, GESTÃO E FINANCIAMENTO MUNICIPAL
REALIZADA EM CAMPINAS, EM 12 DE JULHO DE 2004**

A UTAGFM (Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal) da Rede Mercocidades, coordenada e sub-coordenada respectivamente por Campinas/Brasil e Paysandú/Uruguay, em reunião realizada no dia 12 de julho de 2004 em Campinas, avaliou a sua atuação e debateu seu futuro e sua agenda. As propostas abaixo foram submetidas e aprovadas pelo plenário do Seminário "Poder Local: Autonomia e Participação Popular".

A primeira dificuldade constatada na reunião refere-se ao acompanhamento das ações desenvolvidas pela UT. Vive-se uma descontinuidade da participação dos governos no cotidiano da UT, o que pode significar um baixo acúmulo coletivo em relação aos temas trabalhados.

Além disso, a curta história de vida da UTAGFM e o pouco tempo e debate público sobre as questões complexas com as quais ela trabalha geram outros problemas. Esse é o caso da dificuldade para criar vida administrativa e registros históricos da sua atuação, o que retroalimenta a descontinuidade na participação dos governos junto aos trabalhos desenvolvidos pela UT.

Pelas informações que circulam na Rede, é possível afirmar que essas dificuldades não são específicas desta UT, mas perpassam a dinâmica de funcionamento de várias UT's da Mercocidades. Isso potencializa o aparecimento de um terceiro problema, que se incorpora no debate de todas as instâncias da Rede, em consonância com as deliberações da XXI Reunião do Conselho, qual seja a necessidade de melhor articular as UT's com o Conselho e com as outras instâncias da Rede Mercocidades.

Feita essa avaliação e o debate em relação à agenda, além das questões estruturais/administrativas da UT, encaminharam-se três dimensões da sua próxima agenda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS



A primeira, uma agenda política, com o objetivo de trabalhar a aproximação da UT com outras redes de cidades, como é o caso da Rede 9 da Urbal: Financiamento e Orçamento Participativo, bem como dos movimentos sociais, de ONG's e de outras cidades que tenham interesse em trabalhar as questões pertinentes à UT.

A segunda busca aprofundar e problematizar as questões relacionadas a UT desenvolvendo uma pesquisa com as cidades da Rede Mercocidades com o tema "Balanço da participação popular na gestão dos municípios e intendências da rede mercocidades". Esta pesquisa deverá subsidiar os trabalhos da UT a partir de questionário que problematize questões referentes à autonomia, à gestão e ao financiamento dos poderes públicos locais.

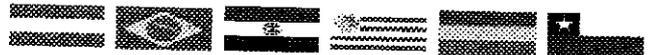
A terceira dimensão da agenda se refere a realizações de eventos de formação e/ou troca de experiências. A proposta é de realizarmos no primeiro semestre de 2005, reunião da UT para, entre outras tarefas, debater o documento Declaração de Autonomia para o Mercosul. No segundo semestre de 2005 a proposta é realizarmos seminário que será subsidiado pelo questionário acima proposto.

Foi feita a proposta de realizarmos a Reunião da Unidade Temática em novembro, mas com a decisão da realização da X Cumbre, em Buenos Aires nos dias 3 e 4 de dezembro, agendamos a reunião da UT para 2 de dezembro (em Buenos Aires), de modo a facilitar a participação de um maior número de cidades e países.

Esta reunião terá como objetivo a avaliação do trabalho desenvolvido durante 2004 e o Plano de Trabalho proposto para 2005.

José Reinaldo Braga

Coordenador da Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal.
Coordenador de Participação Popular e Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Campinas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS



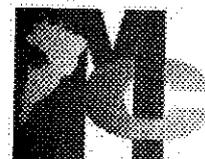
**SEMINÁRIO DA UTAGFM
(Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal)
DA REDE MERCOCIDADES**

Limites e possibilidades da autonomia, do financiamento e da participação popular nas cidades do Mercosul

1. O presente texto tem como objetivo apresentar um posicionamento da UTAGFM (Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal) da Rede Mercocidades sobre a situação conjuntural vivida pelos municípios e intendências do Mercosul frente à discussão sobre o poder local.
2. Reunida no Seminário intitulado "*Poder local: autonomia e participação popular*", realizado em Campinas-São Paulo/Brasil, entre os dias 12 e 13 de julho de 2004, a UTAGFM considera que todo o processo de integração econômica entre as nações hoje em curso apresenta limites e possibilidades às cidades. E o caso específico do Mercosul é um exemplo que corrobora essa afirmação.
3. Ao se constituir como um bloco econômico regional, integrando os Estados Nacionais periféricos ao sistema capitalista, o Mercosul firma-se, em verdade, como uma necessidade econômico-financeira e uma boa oportunidade para a consolidação de uma relação harmoniosa entre os países dele participantes.
4. O Mercosul é uma necessidade econômico-financeira porque sem ele as nações que o integram não teriam condições de individualmente disputarem os mercados mundiais com outras muito mais competitivas economicamente e poderosas político-militarmente. De modo que ele é uma alternativa que deve ser viabilizada pelas nações que pretendem se desenvolver economicamente e manterem a sua autodeterminação. Além disso, o fato de termos países envidando esforços para se integrarem regionalmente no Cone Sul é uma boa nova nestes tempos em que os conflitos estão sendo enfrentados com sectarismo ideológico e religioso, fazendo com que a guerra seja o desdobramento da política internacional. Faz-se urgente neste cenário insistentemente construir novos paradigmas para as relações internacionais, fundados no diálogo como arma para construir consensos cada vez mais abrangentes, de forma a consolidar alternativas que possam integrar os países e seus cidadãos e cidadãs, sem jamais promover o ódio como política de estado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS



5. Na mesma medida em que essa experiência de integração entre os países é complexa e contraditória, a articulação entre as cidades não poderia ter conseqüências diferentes: a constituição das redes de cidades resulta em limites e possibilidades abertas aos municípios e às intendências. Mas com um agravante: todas as discussões travadas entre as nações, todos os projetos e programas por elas formulados ganham concreção no solo da cidade, onde a vida dos cidadãos e cidadãs efetivamente se realiza. Isso faz com que a articulação das cidades em rede se transforme em um imperativo aos governos locais.
6. Organizadas em redes, as cidades poderão ter mais força política para interferirem no processo de formulação de ações que as nações desenvolvem, sobretudo quando articuladas em blocos econômicos regionais. É essa autonomia política que garantirá o espaço necessário para que o contraditório municipal frente às posições dos Governos Centrais possam se manifestar.
7. Contudo, essa autonomia política será insuficiente sem o acompanhamento da autonomia administrativa. É com ela que os poderes locais poderão ter capacidade e condições suficientes para formularem os projetos que possam combater os problemas que lhe afligem.
8. Todavia, por mais bem elaborados que sejam os projetos, sem os recursos financeiros eles não poderão ser efetivados. E aqui temos um grande limite ao poder local, uma vez que o processo de descentralização político-administrativa que se fez presente em muitas realidades locais, sobretudo em cidades integrantes do Mercosul, não passou de um disfarçado esvaziamento das responsabilidades dos Governos Centrais. Às cidades foram transferidas responsabilidades sem a necessária transferência dos recursos exigidos para se dar conta delas. Um caso típico dessa inconseqüente ação é o que aconteceu com a educação fundamental no Brasil: ela foi municipalizada, mas os recursos disponibilizados aos municípios não são suficientes para patrocinar o devido funcionamento dessa rede de ensino.
9. Há que se destacar que este processo de esvaziamento da capacidade de intervenção dos Governos Centrais foi estimulado pelo ideário neoliberal, que dramaticamente atingiu a América Latina nas últimas décadas. Essa ideologia se tornou um programa de governo tido como "natural" frente à situação vivida, pautando as ações dos governantes no sentido de responsabilizar individualmente os cidadãos e diminuir o tamanho do Estado, leia-se reduzindo a sua capacidade de formulação e execução de políticas públicas, principalmente aquelas destinadas às garantias sociais básicas.
10. Aliado a isso, esse ideário neoliberal privilegiou o atendimento aos desejos do mercado em detrimento às necessidades dos cidadãos e cidadãs. Este norte apontado ganhou materialidade com os limites impostos às ações governamentais: primeiro é necessário atender aos compromissos financeiros e depois, com o que sobrar, desenvolver políticas públicas. Foi norteador por critérios como este que questões cruciais ao desenvolvimento humano, como é o caso da educação, passaram a ser interpretadas com os conceitos com os quais o mercado opera, passando até mesmo a fazer parte de associações internacionais de comércio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS



11. Com o neoliberalismo implementado, assistimos a um agravamento da situação municipal, já caótica frente às sucessivas crises vividas pelo mundo, que afetam sobremaneira os chamados mercados emergentes. Aumentaram-se os problemas, as responsabilidades, mas os recursos diminuíram, tanto como resultado da crise econômica, que afeta negativamente a arrecadação municipal, quanto pelo não repasse de recursos pelos Governos Centrais.
12. Neste contexto de limites e possibilidades, o poder local será tanto mais autônomo quanto mais envolver a participação popular no processo econômico-financeiro e político-administrativo. Com o envolvimento popular, as cidades terão a possibilidade de se fortalecerem, e as redes de cidades melhores condições de se fazerem ouvir com mais clareza e atenção. Sem a participação popular, os municípios e intendências estarão limitados à condição de serem mais uma reunião de tecnocratas.
13. Isso posto, é colocado à Rede Mercocidades, sobretudo à UTAGFM, um grande desafio, qual seja a necessidade em se buscar construir um novo patamar na relação entre as cidades e os Governos Centrais. A melhor perspectiva às cidades neste novo processo de relacionamento com os Governos Centrais seria garantir a horizontalidade à autonomia política municipal
14. Fortalecer o poder local com a participação popular para que os municípios possam ganhar a autonomia econômico-financeira e político-administrativa. Esse é o caminho para tornar o Mercosul cada vez mais humano, um Mercosul que possa ser de todos os seus cidadãos e cidadãs, inaugurando no Cone Sul um novo ciclo histórico, fruto das ações das autoridades locais e da participação dos cidadãos e cidadãs dos municípios e intendências do Mercosul e seus associados.